

**SOL**

26-10-2019

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 25000**Temática:** Justiça**Dimensão:** 2309 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/6/7

DEZENAS DE AUTARCAS ACUSADOS DE CORRUPÇÃO

- O 'caso Éter' envolve mais de 130 arguidos – entre autarcas, responsáveis pelo Turismo do Porto e do Norte e empresários de vários setores, as SAD e os presidentes do Sp. Braga e Vitória de Guimarães
- O ex-deputado do PSD Melchior Moreira é figura central em todo o processo e está preso preventivamente
- A acusação do Ministério Público saiu ontem, prazo limite para evitar a libertação deste arguido **Págs. 6-7**

CORRUPÇÃO

AUTARCAS ACUSADOS PELO MP

Carlos Diogo Santos
carlos.santos@sol.pt

Felícia Cabrita
felicia.cabrira@sol.pt

Ex-deputado do PSD Melchior Moreira está em prisão preventiva há um ano. Investigação acredita que o antigo presidente do TPNP é peça central num esquema de corrupção.

São 134 acusados, entre o ex-presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, dezenas de autarcas, empresários e até presidentes das SADs do Vitória de Guimarães e do Sporting de Braga. Esta sexta-feira era o último dia que o Ministério Público tinha para deduzir acusação no âmbito da operação Êter sem que se esgotasse o prazo máximo de prisão preventiva (um ano) de Melchior Moreira, o ex-deputado do PSD que até esta investigação era presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP). E só ontem ao final do dia, mesmo ao cair do pano, é que os arguidos foram notificados. Este inquérito investigou um alegado mega esquema de corrupção e tráfico de influências, peculato, participação económica em negócio e recebimento indevido de vantagens que envolveu o TPNP,

diversos empresários e vários autarcas, como o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Joaquim Couto.

O SOL sabe que a acusação foca-se nos negócios em torno da criação das lojas interativas, do futebol – com a atribuição de valores de publicidade completamente desfasados da realidade com as devidas contrapartidas ao Sporting de Braga e Vitória de Guimarães – e ainda na atividade da própria entidade de turismo do Norte.

Melchior Moreira, há um ano

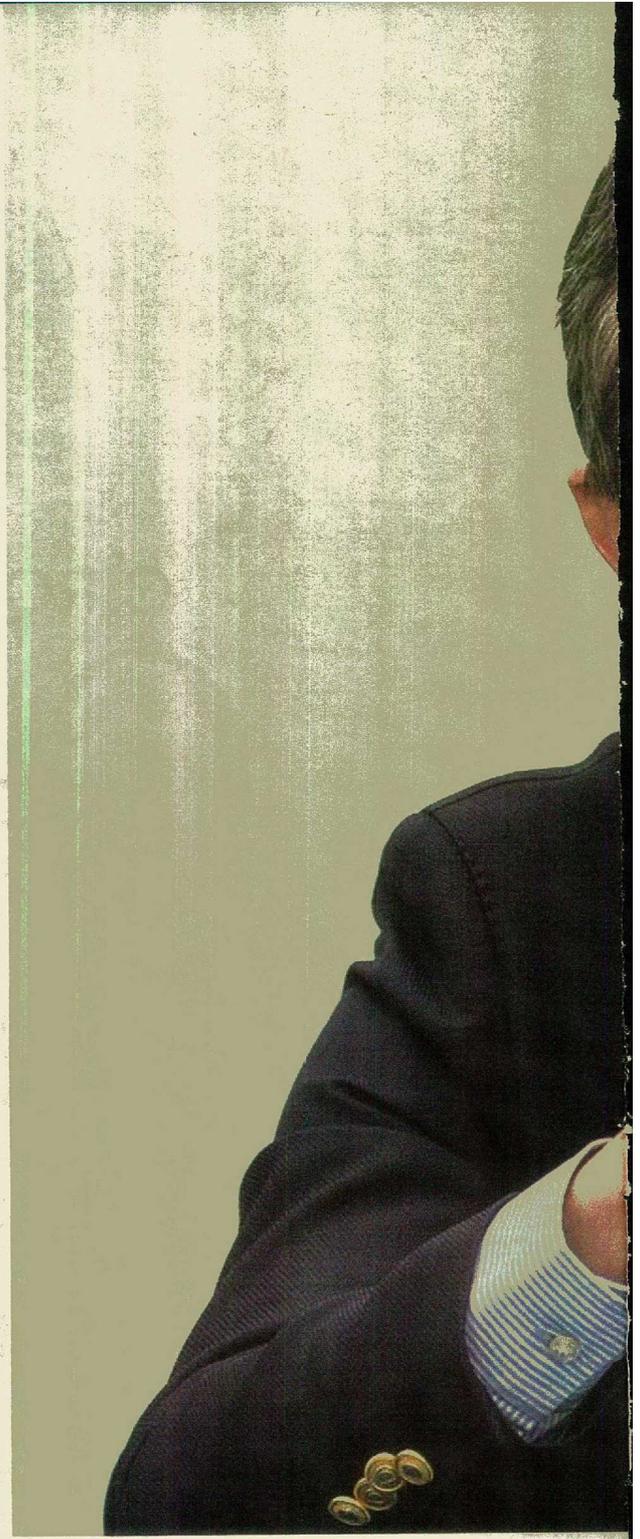
Melchior Moreira é o principal dos 134 acusados

em prisão preventiva, foi acusado no último dia antes de esgotado o prazo que obrigaria à sua libertação.

Recorde-se que há um ano foram feitas buscas em diversos pontos do país no âmbito deste caso. Segundo as autoridades anunciaram na altura, «realizaram-se 11 buscas, domiciliárias e não domiciliárias, nas regiões de Porto, Gaia, Matosinhos, Lamego, Viseu e Viana do Castelo e estiveram envolvidos 50 elementos da Polícia Judiciária, incluindo inspetores, peritos informáticos e peritos financeiros e contabilísticos».

O esquema das lojas interativas

Segundo a investigação, foi possível determinar «a existência de um esquema generalizado, mediante a atuação concertada de quadros dirigentes, de viciação fraudulenta de procedimentos concursais e de ajuste direto com o desiderato de favorecer primordialmente grupos de empresas». A teia montada tinha ainda o objetivo de contratar «recursos humanos» e utilizar «meios públicos com vista à satisfação de interesses de natureza particular».





Como o SOL noticiou no verão do ano passado, o projeto das lojas interativas de turismo nos vários municípios do norte do país, que arrancou em 2013, foi o início de uma fonte de rendimentos para várias empresas do empresário José Simões Agostinho. Sempre com recurso a ajuste direto, empresas como a Tomi World e a Media 360, em conjunto, conseguiram arrecadar mais de três milhões de euros em ajustes diretos das autarquias do norte e quase 800 mil em ajustes feitos pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Outras empresas que têm levantado suspeitas à investigação são as que são detidas ou estão de alguma forma ligadas a familiares diretos do presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o socialista Joaquim Couto, como é o caso da sua mulher.

Joaquim Couto é amigo de Melchior Moreira e basta uma breve consulta no portal Base.Gov para se perceber como a maioria dos serviços prestados por empresas (como Smartwin, My Press, Make It Happen, Mediana ou WGC) ligadas a familiares de Joaquim Couto são a entidades como o TPNP e Câmaras Municipais a região – coincidentemente as mesmas que também adjudicaram serviços às empresas de José Simões Agostinho.

As primeiras buscas e outros arguidos do TPNP

Também no ano passado, em julho, a Polícia Judiciária do Porto já tinha feito as primeiras buscas de norte a sul do país com o objetivo de recolher provas, além de ter visitado a sede das empresas de José Agostinho em Viseu, também fez diligências nas instalações da Media 360, no Algarve. Além das empresas e do Turismo do Porto e Norte de Portugal, foram feitas buscas na Câmara de Viseu, no Sporting de Braga e no Vitória de Guimarães – em causa estarão os subsídios concedidos pela entidade regional aos clubes.

A investigação suspeita que Melchior Moreira recebia contrapartidas pelo alegado tráfico de influências. E além de autarcas e de empresários, como Manuela Couto e José Agostinho, foram também constituídos arguidos Isabel Castro e Gabriela Escobar, ex-diretora operacional da TPNP e ex-jurista da entidade, respetivamente.

Primo de Sócrates pede para ser ouvido na operação Marquês

Em fevereiro, José Pinto de Sousa havia pedido ao juiz Ivo Rosa para não depor nessa altura na fase de instrução.

José Paulo Pinto de Sousa, primo de José Sócrates, pediu ao juiz Ivo Rosa para ser ouvido na fase de instrução. O também arguido na operação Marquês justificou o pedido com o «**teor do requerimento de abertura de instrução apresentado**» e «**o facto de [...] não ter ainda prestado quaisquer declarações no processo**». Assim, José Pinto de Sousa disponibilizou-se para ser ouvido «**a partir da terceira semana do mês de novembro (dia 18) até à data já agendada para a realização do debate instrutório, ou seja, o dia 27 de janeiro de 2020**».

Recorde-se que, em fevereiro deste ano, José Paulo Pinto de Sousa surpreendeu tudo e todos: apesar de ter pedido a abertura de instrução para rebater a acusação do MP na Operação Marquês, informou nessa altura o juiz Ivo Rosa da sua recusa em submeter-se às suas perguntas e às do procurador Rosário Teixeira, invocando o direito dos arguidos ao silêncio. Ficou assim sem efeito a sessão inicialmente agendada para 28 de fevereiro.

A par de Carlos Santos Silva, José Paulo Pinto de Sousa é considerado pelo MP como a segunda peça chave deste processo. Segundo a investigação foi ele o primeiro teste-de-ferro de José Sócrates quando este ainda era primeiro-ministro.

